

# Imposto mais alto, velho instrumento

Liliana Enriqueta Lavoratti e  
Ricardo Allan Medeiros  
de Brasília

56

O governo federal lançou mão, mais uma vez, de um velho instrumento para equilibrar suas contas: o aumento de impostos. Dentre as 38 medidas anunciadas ontem, as de mais fácil implementação e com efeito imediato para os cofres públicos são aquelas relacionadas à elevação da carga tributária, que deverá proporcionar um ganho de R\$ 2 bilhões. Isto deverá ser obtido principalmente com o aumento das alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF).

No esforço fiscal que o governo federal pretende obter em 1998, também terá contribuição importante o reajuste dos preços dos combustíveis previsto para ocorrer ainda nesta semana. Como o aumento será integralmente apropriado pelo Tesouro Nacional, deverá render R\$ 1,16 bilhão para o esforço de arrecadação estimado em R\$ 6,73 bilhões, no próximo ano – incluindo tributos, tarifas públicas e outras providências.

Ao anunciar ontem essas medidas, a equi-

pe econômica tentou amenizar sua natureza impopular. “Aumento de Imposto de Renda não afeta a maioria da população, para quem é mais importante a manutenção da estabilidade”, enfatizou o chefe da assessoria do Ministério do Planejamento, Amaury Bier.

O secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, disse ontem que as alíquotas de IPI dos veículos de passageiros subirão 5 pontos percentuais. Hoje, vigoram quatro alíquotas – 8%, para carros populares, e 20%, 25% e 30% –, que passarão para 13%, 25%, 30% e 35%.

As novas alíquotas entram em vigor a partir de 17 de novembro e serão divulgadas por meio de uma Medida Provisória a ser editada nos próximos dias. O IPI das bebidas alcoólicas terá um reajuste linear de 10% em todas as alíquotas, que variam, hoje, entre 10% e 130%. Passarão para a faixa de 11% a 143%.

As instituições financeiras e as empresas do ramo imobiliário deverão pagar mais contribuições sociais. Esta intenção faz parte das 13 medidas anunciadas para melhorar o desempenho da arrecadação, mas ficou para hoje a divulgação de um projeto de Lei Complementar que o gover-

no federal pretende enviar ao Congresso Nacional em breve.

O aumento da carga tributária atingirá diretamente os contribuintes pessoa física. O “pacote” fiscal criou um adicional de 10%, sobre o imposto devido, para o Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) em 1998 e 1999. Limitou ainda em 20% o valor global das deduções, exceto no caso das pensões alimentícias e aposentadorias. Com essas medidas, o governo pretende arrecadar R\$ 1,2 bilhão no próximo ano.

O secretário da Receita disse que o órgão ainda estuda a forma de aumentar o IRPF – se pela elevação das alíquotas ou por meio de um ajuste da tabela do IR Retido na Fonte. “Independente de como isso será feito, o resultado almejado equivale a um acréscimo de 10% sobre o imposto devido”, afirmou Maciel.

O teto fixado para as deduções do IRPF, que é o atualmente em vigor para quem declara pelo formulário simples, não elimina o formulário completo. Segundo Maciel, a soma de todas as deduções não pode ultrapassar mais de 20% do imposto devido na declaração anual e, também, no ajuste mensal. Essas mudanças não impactam a declaração de rendimentos de 1998, ano-base 1997.

A equipe econômica anunciou corte linear de 50% nos incentivos fiscais setoriais e regionais (Finor, Finam, Funres) e a revisão, com corte, dos incentivos à informática, para arrecadar R\$ 550 milhões no próximo ano.

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, garantiu que os projetos já aprovados serão respeitados. O corte afetará os novos pedidos de incentivos tributários. O governo federal também reduziu de US\$ 500 para US\$ 300 a cota de compras em “duty free” com isenção de impostos, durante 1998 e 1999. E quem viajar ao exterior pagará uma taxa de embarque de US\$ 90, três vezes maior que a atual.

A receita será engordada com a exigência de distribuição de 100% – e não mais de até 25% – dos resultados dos bancos federais nos exercícios de 1996 a 1998. Segundo Martus, serão mais afetados o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Caixa Econômica Federal (CEF), dos quais a União detém 100% do capital. O impacto será menor no caso do Banco do Brasil, porque o Tesouro Nacional é dono de 80% de seu capital. Com essa medida, o governo estima um ganho de R\$ 1 bilhão. ■